

Crônica de gente teimosa, por uma dupla da Cepal

O PAÍS PODERIA CRESCER MAIS E COM MENOS RISCOS?

ROLF KUNTZ

O Brasil chegou ao quinto aniversário do Real sem crescimento, sem solução do problema fiscal, com maior desemprego aberto, maior dívida pública e sem mudanças de fundo no sistema produtivo. Este quadro resume, em boa parte, um balanço da recente experiência econômica brasileira assinado por dois economistas da Cepal, Pedro Sáinz e Alfredo Calcagno. Como de costume, os autores assumem a responsabilidade pelas opiniões, sem dividi-la com a instituição. Reconhecem, naturalmente, o controle da inflação, o avanço em certo grupo de reformas e a relativa solidez do sistema financeiro, menos vulnerável que o de muitos outros países a impactos de fora. Tudo isso foi produzido pela política econômica. Mas a estagnação, o rombo nas contas externas, o endividamento e a crise cambial também foram. O trabalho sobre *A Economia Brasileira diante do Plano Real e sua Crise*, disponível na Internet, no site da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), pode ser descrito como a crônica de uma teimosia política.

As autoridades, segundo os autores do trabalho, parecem haver cometido alguns erros: 1) subestimaram a vulnerabilidade das economias em desenvolvimento, nas novas condições internacionais; 2) superestimaram o crescimento e a transformação produtiva estimulados pelo mercado e pelo programa de reformas; 3) deram pouca importância ao crescimento dos déficits fiscal e da conta corrente do balanço de pagamentos.

A avaliação dos dois economis-

tas coincide, amplamente, com o julgamento da experiência regional apresentado no *Estudo Econômico da América Latina e Caribe - 1998/1999*, recém-divulgado pela Cepal: recomenda-se aos governos, nesse trabalho, ir além do controle da inflação, adotando políticas mais favoráveis ao crescimento. Isto inclui "aumentar as taxas de poupança interna, fomentar as exportações e sua diversificação, reduzir o peso da dívida [pública] e controlar a volatilidade". Mais que um balanço, os dois estudos - sobre a América Latina e o Brasil - contêm um diagnóstico e uma recomendação de mudança. Detalhe: nos dois trabalhos, a ênfase nos problemas do crescimento e da competitividade em nenhum momento

se contrapõe à preocupação com uma política fiscal sadia.

A história do Real, até a desvalorização deste ano, é dividida por Sáinz e Calcagno em dois períodos. No primeiro, de 1994 a 1995, a inflação foi derrubada, o crescimento se acelerou, a pobreza foi reduzida e as contas do governo melhoraram. No segundo período, a partir de 1996, acumularam-se as dificuldades. Essa mudança se explica, num paradoxo aparente, pela continuidade de algumas políticas.

Uma delas foi a manutenção do câmbio valorizado, apesar do ajuste gradual do câmbio. A outra foi o recurso persistente a juros elevados, como forma de sustentar o ingresso de capitais e manter a inflação sob controle.

A taxa de juros, observam os dois autores, foi mantida sempre alta: em 1994, para atrair capital externo, em 1995, por causa das crises mexicana e argentina, e em 1997 e 1998, para frear a economia diante dos problemas na

Ásia e na Rússia.

Isso explica, em parte, o crescimento da dívida interna líquida do governo. Esse débito passou de R\$ 100 bilhões em 1994 para mais de R\$ 330 bilhões no fim de 1998. A mera rolagem da dívida inicial, com juros tão altos, teria bastado para duplicar seu valor, estimam os dois economistas.

Mas outros fatores contribuíram para aumentar o endividamento público. A acumulação de reservas cambiais forçaria o Banco Central a emitir moeda para absorver os dólares. Para impedir esse efeito, houve emissão de títulos - e também isso forçou a manutenção de juros elevados. Outro fator importante foi a reestruturação bancária. Os dois programas, para os bancos privados e para os bancos estaduais, impuseram ao governo federal compromissos de cerca de R\$ 100 bilhões, cobertos com endividamento. O governo emitiu papéis, também, para socorrer os agricultores endividados e para refinarçar os Estados. Além de tudo, houve o reconhecimento de esqueletos financeiros, como o do Fundo de Compensação das Variações Salariais (sistema da habitação).

Parte das operações de socorro incluiu, formalmente, garantias dos assistidos. Essas garantias, supostamente, devem ser subtraídas do endividamento adicional. Mas parte desses créditos, assinalam os autores, é considerável, por muitos, incobrável.

Em resumo, observam Sáinz e Calcagno, o governo, embora considerando a frente fiscal o principal desafio para consolidar a estabilização, viu crescer o déficit público precisamente a partir do Plano Real. A privatização, assinalam os dois autores, deveria ter contribuído para reduzir o endividamento, mas essa perspectiva acabou sendo frustrada.

Houve alguma alteração na estrutura produtiva, em consequên-

cia da estabilização e da abertura. Essa mudança esteve associada à recomposição das importações, com aumento das compras de bens e capital e de insumos estrangeiros. Houve um miniciclo de investimentos, favorecido também pela constituição do Mercosul. Mas a política de juros altos, entre outros fatores, limitou a disposição de investir dos empresários privados. O investimento efetivo, admitem os autores, pode ter sido subestimado, por causa do barateamento dos bens de capital. Mesmo assim, a alteração da capacidade produtiva parece ter sido limitada.

As exportações permaneceram sem dinamismo. Sua composição, em termos de produtos básicos e elaborados, ficou praticamente inalterada nos anos 90. Houve alguma alteração na origem e no destino do comércio. Uma das mudanças foi o aumento da participação do Mercosul, especialmente da Argentina, tanto nas vendas quando nas compras. O desequilíbrio comercial foi saudado por gente do governo como sinal de mudanças positivas na economia brasileira, recordam Sáinz e Calcagno, como se o déficit fosse indispensável à modernização produtiva. Somou-se a essa avaliação um grande otimismo quanto às condições de financiamento externo. Por que deveriam os brasileiros preocupar-se com o déficit crescente e a dependência em relação ao mercado financeiro internacional? Nem a crise de 1997, lembram os dois economistas da Cepal, levou o governo a rever sua política: bastaria, segundo se disse na época, mudar o ritmo e apressar o ajuste fiscal e as reformas.

Lembranças como esta podem parecer cruéis. Há muitas delas nas cerca de 80 páginas do estudo de Sáinz e Calcagno.

■ Rolf Kuntz é jornalista

15 SET 1999

ESTADO DE SÃO PAULO